

MULHER NEGRA E A ESCRAVIDÃO: ENTRE DILEMAS E DESAFIOS

Josiane Mendes de Queiroz

(1) Universidade Federal do Pará, e-mail: josiane2017@hotmail.com.

Resumo

Este trabalho versa sobre a herança da escravidão deixada a mulher negra e as implicações (re)estruturadas no sistema capitalista que tem na sua base a desigualdade faz com que nessa reprodução cotidiana se naturalize opressões, violências e a subalternização de uma raça: a raça negra. A abordagem preterida é crítico-dialética por entender que é preciso acompanhar o movimento do objeto apreendendo a totalidade em que ele está inserido. Desta forma quando nos referimos a pirâmide das relações de poder o indivíduo que sofre mais com a exploração sem dúvidas é a mulher negra. É notório que quem nasce especificamente no Brasil com a cor “mais clara” tem notadamente privilégios na sociedade. Então quando falarmos da miscigenação como algo positivo é negar que um conjunto de fatores que direcionavam a um pensamento de que era preciso embranquecer o povo na colônia chamada Brasil. Partindo dessa concepção tudo o que é associado a negro é considerado ruim, isto é um construto social de negação a uma identidade racial, por isso muitas pessoas não se reconhecem como negros(as) na possibilidade de serem aceitos pelos outros não negros. Deste modo é primordial entendermos que o racismo é determinante na qualidade vida de negras e negros. Este é o ponto de partida para a proposição de políticas públicas e sociais com recorte de gênero e raça para que desta forma visualizemos a equidade social.

Palavras-chave: mulher negra; colonialidade; serviço social, racismo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da minha participação na disciplina optativa Sociedade e Gênero do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E que versa sobre a herança da escravidão deixada a mulher negra e as implicações (re)estruturadas no sistema capitalista que tem na sua base a desigualdade, fazendo com que nessa reprodução cotidiana se naturalize opressões, violências e a subalternização de uma raça: a raça negra.

E por serem as expressões da questão social o objeto trabalhado por assistentes sociais, é importante compreender como se estruturou (e continua se estruturando) na sociedade, pois trabalhamos com pessoas que sofrem os rebatimentos das sociedades que estipulam valores morais, éticos, culturais, políticos e etc. e é preciso entender as particularidades que cerca cada grupo e/ou indivíduo, mas é crucial avaliar criticamente em uma dimensão de totalidade, isto quer dizer, que o indivíduo é composto de historicidade que ele não é somente mais um ser no universo, mas que ele traz consigo uma herança histórica.

Deste modo quando nos reportamos a heranças históricas, afirmamos que o ser social representa uma classe, uma raça, sendo assim na pirâmide das relações de poder o indivíduo que sofre mais com a exploração sem dúvidas é a mulher negra, por reconhecemos que quem nasce em específico no Brasil com a cor “mais clara” tem notadamente privilégios na sociedade. Desta forma, pensar em miscigenação como algo positivo é negar um conjunto de fatores que direcionam a um pensamento que era/é preciso embranquecer o povo na colônia (reitero nunca deixou de ser) chamada Brasil.

Partindo dessa concepção tudo o que é associado a negro é considerado ruim, isto é um construto social de negação a uma identidade racial, por isso muitas pessoas não se reconhecem como negros(as) na possibilidade de serem aceitos pelos outros não negros.

Metodologia

A temática foi desenvolvida pela autora ser mulher negra e por ter curiosidade em conhecer a história dos seus ancestrais que culmina em aprendizado pessoal e profissional. E este processo conhecimento fez com que desencadeasse em reflexões a cerca da representatividade do que é ser negra(o) no mundo e que traz consigo questionamentos sobre os impactos dessa estruturação de poder que influenciou e influencia a vida de gerações.

Para tanto, foram realizadas discussões e pesquisas bibliográficas para que o objetivo do trabalho seja atingido, a partir de uma abordagem crítico-dialética por entender que é preciso apreender o movimento do objeto que está imerso em uma totalidade. Sendo assim Marx disserta que a aparência do fenômeno é o ponto de partida do conhecimento, logo é o modo imediato que se apreende a realidade, Marx quer dizer que a aparência revela, como também oculta à realidade, por isso é preciso um método que caminhe da aparência para essência.

Desta forma a pesquisa parte da concepção do real, do concreto que Marx (1983) afirma que o “concreto é concreto por ser a síntese das múltiplas determinações, logo unidade da diversidade”. Deste modo ao nos referirmos ao processo metodológico o elemento de totalidade, historicidade e mediação são primordiais para a conceituação da reprodução do concreto pensado (BOURGUIGNON, 2006). O método crítico-dialético em si nos permite pensar as categorias supracitadas acima de forma articulada para fazer aproximações ao objeto pesquisado.

Lembrando que Battini (2003) reafirma que a “pesquisa é a ferramenta através do qual o investigador mergulha nas mediações que revelam as particularidades e municiado pelo seu compromisso político-ideológico, forja novo sentido as explicações do mundo contribuindo para uma nova sociabilidade”. E deste modo ao fazer reflexões a cerca dessa temática é possibilitar o debate dentro do curso em Serviço Social, pois que é curso que compreende as múltiplas formas de relações sociais que se estabelecem dentro da sociedade, sendo assim ao escrever e falar sobre gênero, raça/etnia como futura profissional considera-se um ponto de partida para uma intervenção qualificada e não discriminatória.

E por fim este trabalho, nas suas possibilidades faz reflexões críticas trazendo o percurso pelo qual a mulher negra é inserida nas relações de poder e dominação e desvendando os meios utilizados para a dominação desse corpo.

Resultados e Discussão

Para começarmos a falar sobre mulher negra é preciso entender que ela é duplamente subjugada por ser mulher e por ser negra, sem dúvida a cor adquire um significado importante, pois segundo Bastide (1959) diz que a cor traz consigo uma marca racial e que tem na sua base a desigualdade partindo da concepção que existem classes inferiores e superiores. Desta forma as diferenças entre brancos e negros não fica meramente nas características fenotípicas, mas apresenta-se dentro de um contexto social atrelado as discriminações, preconceitos e subalternização da pessoa negra.

Deste modo ao abordamos as questões que envolvem a mulher negra é direcionar um olhar sobre uma mulher que tem cor e que historicamente foi destituída dos seus direitos, logo não podemos dissociar que o ser que é mais afetado pela estrutura do patriarcado é as mulheres negras e pobres. Sendo assim Heleieth Saffioti (2004) salienta que o patriarcado é uma relação de dominação e exploração de um sobre outro independentemente de ser homem ou mulher. Deste modo nesse sistema social o poder masculino passa a ser sinônimo de conquista, nobreza, superioridade e esses valores são absorvidos por mulheres e homens.

E segundo a mesma autora é na sociedade capitalista que ocorre o auge da exploração das mulheres, se antes o capitalismo criava a necessidade nas relações sociais, atualmente as necessidades foram interiorizadas nas pessoas, fazendo com que elas achem que é a sua “vontade”, percebe-se que o capitalismo age nas mentes das pessoas através de ideologias que alienam e coisificam os sujeitos.

Desta forma estamos em pleno século XXI e ainda persiste uma ideologia racista direcionada a população negra que se materializa no âmbito público e privado. E para que possamos refletir sobre esse legado deixado a mulher negra é preciso mostrar onde elas são mais afetadas, para isso é preciso fazer uma retomada histórica e contar um pouco como se deu esse processo de escravidão.

Para entendermos como ocorria o processo de exclusão dos cidadãos de cor é preciso compreender como foi estruturada a exclusão da mulher negra e do homem negro da composição de família, isto é, como foi feito para os indivíduos de cor não poderem se articular ou se perceberem em coletividade. Neste sentido Giacomini (2013) salienta que:

A questão da existência de uma “vida privada” ou de uma “vida familiar” se apresenta como uma contradição inerente a condição escrava. A noção de privacidade e de família refere-se a uma esfera própria que o escravo não possui por sua condição de “coisa”. Constituir-se família, ter uma prole é algo inaceitável para aqueles que não possuem nem a si próprios! Livre para decidir sobre o conjunto da vida do escravo, os interesses do senhor parecem ter sido, muitas vezes, incompatíveis com a existência de uma “família escrava” no Brasil [...] Na legislação ou nos projetos de lei sobre a escravidão, nos momentos que se faz referência a relação entre escravos, eram utilizadas expressões “filho de mãe escrava”. (GIACOMINI, 2013, p.1).

A explanação acima deixa claro que a pessoa escravizada não era vista como ser social, logo como poderia uma “coisa” ter família, deste modo percebe-se que o estado e os “donos de escravos” agiam/agem

em comum acordo para manter a ordem social vigente. As leis estabelecidas no período da escravidão demonstra o pensamento da época quando se falava em pessoas de cor haja vista que as leis eram veementemente direcionadas ao controle sobre o corpo. Além do mais quando se fala em família (ressaltamos que isso acontecia raramente) nos projetos de lei da época, direcionam o vínculo a mãe: a mulher negra. Então esta mãe assume um papel importantíssimo dentro do sistema escravista, pois ela vai ser usada para reprodução, isto é, para procriar, dando continuidade a gerações de pessoas escravizadas. Não obstante a isso entendemos por que muitas mulheres abortavam como forma de não ver seus filhas e filhos sofrerem as mesmas violências que elas passavam.

Partindo dessa lógica Giacomini (2013) ainda relata como se estabelecia as relações sociais sobre o comando do “senhor de escravos”:

[...] Era o senhor que decidia sobre a possibilidade e qualidade da relação entre homem e mulher escrava, sobre se haveria ou não vida familiar, se casados ou concubinos seriam ou não separados, se conviveriam com os filhos e onde, como ou em que condições morariam. A ausência de informações a respeito de laços familiares entre escravos nos impede de analisar mais profundamente essas relações. Aprendemos, no entanto, essa ausência de referências como um dado significativo que somado a todo tipo de empecilho, inerente a condição de escravo-mercadoria (compra, venda, aluguel, transmissão e etc.) aponta a invisibilidade da família escrava (GAICOMINI, 2013, p.40).

Lembremos que desestruturação familiar facilitava a “manipulação” das pessoas escravizadas, assim percebemos como a classe dominante planejou todas formas de controle (sociais e em legislações). E que os indivíduos estavam à mercê dos desmandos do “senhor de escravos”. É notório segundo Giacomini (2013) que *“a negação dos escravos enquanto seres humanos, implicou necessariamente na sua condição de sua subjetividade que foi violada, negada ignorada, principalmente na relação entre eles: mãe escrava-filhos, pai escravo-filhos e homem-mulher- escravos”*. Eles foram invisibilizados enquanto composição familiar por ser a cor o determinante nas relações estabelecidas socialmente.

Ademais será retratada aqui a mulher negra que fora escravizada a nível mundial, para que possamos perceber que tem formas particulares vividas em regime de escravidão, no entanto queremos mostrar que a escravidão de mulheres negras no Brasil ou Estados Unidos da América foi imputada de forma sub-humana. Neste sentido Ângela Davis (2016) autora feminista retrata muito bem em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* este processo passado pelas mulheres negras:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão. (DAVIS, 2016, p.20).

No sistema escravista as violências eram constantes e tinham objetivos específicos reprimir esse corpo e que de acordo com o que proprietários de mão - de -obra escrava desejavam e que não consideravam a mulher negra como “mulher” era somente um corpo usado para o trabalho e para a satisfação sexual.

Em relação ao trabalho doméstico que era/é desenvolvido por mulheres negras tem na sua gênese a desvalorização por que é feito por “mulheres de cor”, entende-se que é esse sujeito que é não tem qualidades valorativas que desvaloriza o que faz, logo seria um insulto uma pessoa de “boa conduta” fazer o mesmo trabalho que uma pessoa amoral, sem valor.

Desta forma não podemos esquecer que a miscigenação nada mais que é um discurso que metamorfoseia a realidade, nunca podemos esquecer (falando em específico do Brasil) que a população que povoou este país é fruto de estupros, onde as pessoas tentam se embranquecer negando a sua identidade e sua raça, pois é um fardo muito forte ser associado ao que é ruim, desqualificado e desvalorizado.

Sendo assim Aputheker apud Davis (2016) exemplifica como se deu o legado do sistema escravista na fala de uma cidadã negra:

Eu andava nos bondes ou nos trens com crianças brancas e [...] podia sentar onde quisesse, na frente ou atrás. Se um homem branco perguntasse a outro branco “O que esta preta está fazendo aqui?”, e a resposta fosse “Ah, ela cuida daquelas crianças brancas que está na frente dela” imediatamente se fazia o silêncio da paz. Tudo estava bem, contanto que eu estivesse na parte do bonde reservada aos brancos ou no vagão de trem dos brancos como uma serviçal – uma escrava -, mas caso eu não apresentasse como uma serviçal [...] por não ter nenhuma criança branca comigo era imediatamente mandada para o vagão das “pessoas de cor”. (APTHEKER apud DAVIS, 2016, p.99).

Percebe-se que mesmo com a abolição da escravatura se estruturou outra forma de escravidão através do trabalho doméstico, esse formato de sociedade em que só aceitava uma pessoa de cor entre eles se fosse para servir, impondo o local onde essas deveriam estar. Isto nos remete os lugares, locais onde a maioria das mulheres negras permanece em: trabalhos informais, mal remunerados, onde a escolarização é baixa ou inexistente, eis aí a herança deixada pela escravidão.

Atualmente dados do IGBE (2010) apontam que no Brasil a taxa de analfabetismo reduziu de 2000 para 2010 entre as mulheres. As mulheres negras registravam 22,2% que caiu para 14%, já as mulheres brancas que tem registro de 8,6% e decaiu para 5,8%, quando comparadas o indicador analfabetismo permanece duas vezes maior entre mulheres negras para mulheres brancas, sendo que essa disparidade persiste mesmo com a redução expressiva.

As mulheres negras após anos de luta pelo direito: ao voto, a educação, a vida e ainda trazem nas suas pautas assuntos que são antigos como, por exemplo, a equidade no mercado de trabalho, as políticas públicas e sociais na área da saúde com recorte em gênero e raça. Isto são sinalizações que demonstram que é

desafiador ser mulher e ser negra em um país machista e que não reconhece o racismo como determinante na qualidade de vida de mulheres que não tem acesso ao mínimo para ascender econômico e socialmente.

E ao pontuar a qualidade de vida não queremos ir longe, batemos citar que ao naturaliza expressões como “eu não sou tuas negas”, “preto quando não faz merda na entrada, faz na saída”, “só podia ser preto mesmo”, “você não é preta é clarinha”, é reproduzir e naturalizar um conjunto de ideologias que aparentemente, para muitas pessoas, não é nada demais, mas traz consigo violência e a opressão a uma raça.

Ademais Elza Soares (2002) retrata na letra da música “A carne” como é vista a pessoa de cor: “A carne mais barata do mercado é a carne negra [...]. Que vai de graça pro presídio. E para debaixo do plástico. Que vai de graça pro subemprego. E pros hospitais psiquiátricos. A carne mais barata do mercado é a carne negra [...]”. Esta letra retrata a realidade de muitas mulheres negras e pobres que por gerações são vistas como a carne mais barata do mercado, que são vistas nas esquinas, que são direcionadas ao subemprego, que não tem acesso à saúde, que vivem nos presídios e que não tem moradia. Falamos de cidadãs negligenciadas nos seus direitos de viver e existir com dignidade, por que ao se falar de mulheres negras associa-se a força, a algo sensual e esquecemos que são pessoas frágeis que com tantas violações se tornam fortes, que sofrem e resistem contra atos abusivos cometidos contra o seu corpo e sua mente.

Quando nos reportamos aos contos literários que “contam” a história de seu tempo, vê-se que romantizam a escravidão, associando a mulher negra à senzala e posteriormente com o surgimento dos segmentos literários como o realismo/naturalismo temos um novo personagem: a mulata, personificada como algo exótico, exuberante e pitoresco. (MACHADO, 2016). É notório que ao falarmos de literários consagrados estamos nos reportando a uma elite que perpetua seus pensamentos e ideologias, logo quem escrevia sobre as relações sociais que ocorriam na época eram homens ricos, na sua maioria brancos e que reproduziam os ideais perpassados de geração para geração.

Não obstante a isso, temos o famoso escritor Gilberto Freire (2004) ao reproduzir o famoso ditado “branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar”, retrata o pensamento hegemônico, mostrando que as representações sociais imputadas às mulatas atribuem-las um papel de subalternização pela sua condição social, por ser mulher e por não ser negra. A sexualização destinada a essas mulheres reafirma o poder de dominação masculina em detrimento a sujeição das mulheres negras/mulatas.

Deste modo ao fazermos referência sobre este corpo temos a dimensão que esse corpo assume duas faces: o corpo que é desejado e associado ao da mulata gostosa, safada e quente, usada para a satisfação sexual e o corpo que é descartável, que não serve para ser levado a sério (para casar). Nota-se que criam-se estereótipos classificando o espaço onde esse corpo é admitido na sociedade e onde ele deve permanecer.

Neste ponto descrevemos a solidão da mulher negra que permanece sozinha em suas lutas trazendo consigo novos e velhos dilemas de ser mulher negra e se posicionar diante dos entraves surgidos a partir do legado da escravidão.

Conclusão

Desta forma, dissertar sobre uma temática cujo foco seja a mulher negra da classe menos favorecida é demonstrar um pouco a preocupação com as gerações que constituem na sociedade e por estarem sobrevivendo não tem a oportunidade de refletirem sobre suas condições e reivindicarem suas pautas que não são homogêneas por entendermos que a realidade tem suas particularidades e que é preciso políticas sociais que atendam essas especificidades.

E quando se fala em proposição de políticas sociais é preciso que haja a união dos segmentos sociais para possamos avançar na garantia de direito, neste sentido me apoio em Saffioti (1981) quando ela diz que não a nada no mundo que possa ser mudado de forma individual, somente a coletividade é que muda o trajeto da história.

É ressaltado a importância de debates sobre gênero e raça dentro do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pará, pois percebe-se que as artigos acadêmicos, muita das vezes , não são elaborados relacionando as temáticas já consagradas dentro do curso (urbanismo, previdência, assistência etc.) com gênero e raça. Fica parecendo que estamos falando de duas coisas diferentes, sendo que isto não é verdade, uma coisa não exclui a outra, é preciso que saibamos produzir trabalhos correlacionando as políticas com gênero e raça, pois o foco de toda uma abordagem de trabalho é o indivíduo, e este por sua vez tem gênero, raça e classe.

Portanto, ao dimensionarmos a estrutura de poder vigente como cidadãos e cidadãs, profissionais da área ou não, temos o compromisso político-ideológico com o futuro do nosso país. Estamos diante do cenário de barbárie causado pelo modelo de sociedade capitalista, o qual só poderemos pensar em melhorias quando houver mudanças no cotidiano, pois é nele que as relações sociais se produzem e reproduzem, isto quer dizer, que estamos falando relações socialmente construídas e podem sim serem modificadas. Deste modo acredito veementemente no projeto ético-político do Serviço Social pautado no código de ética (2012) que *“luta por uma nova sociabilidade onde não haja opressão, desigualdade, de raça, classe, gênero e etnia”*. E para que isso ocorra temos nos mobilizar coletivamente, nos reconhecendo enquanto classe e nos unindo enquanto gênero e raça.

Referências

BATTINI, Odária. **A PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: desafios e perspectivas**. 2003. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewFile/36/33>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais**. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão – 10ª Ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BASTIDE, Roger. **Negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DAVIS, Ângela; **Mulheres, Raça e Classe**; tradução Heci Regina Candini- 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Gilberto de Mello. **CASA GRANDE & SENZALA: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Editora Global, 2004.

GIACOMINI, Sonia Maria. **MULHER E ESCRAVA: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil/ Sonia Maria Giacomini -1ª ed.** – Curitiba: Apprls. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro de 2010**. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/.../00000008473104122012315727483985.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

MACHADO, Adeilma. **Reflexões acerca da estereotipia da mulher negra no imaginário social**, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. **DO ARTESANAL AO INDUSTRIAL: a exploração da mulher**. Editora: HUCITEC, São Paulo, 1981.

____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. Editora: Expressão popular, 2004.

SOARES, Elza. **A Carne**. 2002. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/>>. Acesso em: 13 de junho de 2017.